



CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA A LUZ DA LEI 10.639/2003

Lucélia da Silva Feliciano; * Prof^a Dr^a Crislane Barbosa de Azevedo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

luceliafeliciano@yahoo.com.br

RESUMO

A educação é o meio pelo qual é possível desenvolver ações que resultem no respeito á diversidade sócio-cultural, resgatando valores essenciais para a vida em sociedade, pois é a partir dela que o ser humano se (re)constrói e evolui. O presente artigo realiza uma análise e discussão acerca da importância em traçar caminhos que possam promover uma relação dialógica entre currículo e práticas pedagógicas na promoção de uma educação baseada na igualdade ético-racial no espaço escolar. Será realizado um breve histórico acerca da trajetória do Ensino da História no Educação básica, assim como na busca ao reconhecimento e valorização promovida pelos movimentos negros, que resultaram nas conquistas educacionais. O presente artigo busca estabelecer relações dialéticas entre as mudanças de pensamentos e as práticas docentes nas instituições de ensino frente ao novo paradigma curricular, pautada na cultura antirracista, livre de preconceitos e conceitos estereotipados sobre o povo negro, buscando a formação do educando na sua integralidade como um ser multicultural, pontuando as reais influências do povo africano na constituição da sociedade brasileira, abordando tais questões a partir do prisma da economia, sociedade, participação efetiva na constituição da sociedade brasileira. O trabalho apresentado é resultante de estudos documentais e bibliográficos realizadas como parte do projeto de pesquisa intitulado: Interface entre currículo e prática pedagógica à luz da lei 10.639/03, em processo de investigação e pesquisa, em que visa investigar como está sendo efetivada a implementação da lei 10.639/2003 pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal do Natal/ RN, considerando a interface: concepção de educação para as relações étnico-raciais, currículo e prática pedagógica.

Palavras-chaves: Currículo, Educação básica, relações étnico-raciais, práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a sociedade brasileira, percebemos na sua faceta multicultural, um conjunto de contributos oriundos principalmente das três matrizes étnicas – branca, negra,



* Professora Adjunta do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientadora da Pesquisa “ Interface entre currículo e prática pedagógica à luz da lei 10.639/2003” pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFRN.

indígena – contribuindo para a constituição do povo brasileiro. Os dois últimos grupos, “foram as que mais sofreram os processos de discriminação inerentes à lógica da homogeneização cultural, pois foram vistos pela cultura europeia como inferiores e como ameaça à identidade nacional, associada à identidade do colonizador ibérico em especial” (SILVA, SOUZA, 2008 p. 185).

Travaram diversas lutas ao longo da história, com o intuito de serem ouvidos e de terem seus valores e crenças respeitados.

O que se observa é a tentativa de vencer obstáculos, a fim de promover a igualdade étnico-racial, buscando caminhos para a destituição do preconceito e da discriminação arraigados no pensamento da população.

Pode-se inferir que através da educação é possível fomentar ações que resultem na transformação social, sendo a escola, a mediadora desse processo de mudanças, agindo de forma democrática.

O presente artigo busca refletir acerca da interface educação, currículo práticas pedagógicas, com base na numa perspectiva de valorização e respeito à diversidade, desenvolvendo ações que permitam ao aluno reconhecer-se como singulares diante de uma sociedade plural, constituído pela e na diversidade á luz da lei 10.639/2003, identificando o papel da escola na formação , nessa formação..

Tais escritos, participam da etapa inicial do projeto de pesquisa, em andamento, que visa estudar a implementação da lei 10.639/2003 pelos professores dos anos iniciais da Educação Básica pertencentes a rede municipal do Natal/ RN, considerando a interface: concepção de educação para as relações étnico-raciais, currículo e prática pedagógica.

Em termos metodológicos, essa é uma pesquisa de abordagem qualitativa por caracterizar-se fenomenológicas, buscar “a compreensão dos fenômenos por meio de instrumentos de natureza qualitativa” (GONDIM, LIMA,2006., p.57). Conduzindo o processo investigativo permitindo aproximação conceitual subjetiva do fenômeno na visão do ator da pesquisa.

Os caminhos percorridos para buscar as respostas para os questionamentos em pauta, são iniciados com a pesquisa bibliográfica e documental no âmbito do conceito das relações étnico-raciais, ensino da história e práticas pedagógicas, suas premissas no decorrer dos tempos, e como estas estão interferindo na construção do processo educacional, abrangendo escritos já publicados sobre a temática, se configurando como base para construção de novos olhares e certificações,



ambas pesquisas objetivando ampliação e domínio dos conhecimentos acerca do tema proposto. Tais Resultados, sustentação a análise e discussão pretendida nesse artigo.

ENSINO DE HISTORIA NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

A trajetória percorrida pelo Ensino da História no Brasil, foi marcada pelos interesses políticos de cada época, sendo excluída a possibilidade de ensino para a formação cidadão e reconhecimento da história crítica da formação do povo e sociedade brasileira.

“Atualmente, a História não é mais vista como disciplina decorativa, apegada a fatos do passado e sim como algo que deve ser discutido e analisado” (SIQUEIRA, QUIRINO, 2012, p. 4). Ao mesmo tempo em que é abordada como formadora da identidade social, buscando reflexões acerca do processo histórico de construção da sociedade brasileira, elementos transformadores e determinantes nas mudanças sociais e culturais.

Ao ensinar a disciplina, deve-se realizar uma ponte entre os acontecimentos passados e a atualidade, para melhor compreensão do aluno, deve-se promover situações em que o aluno construa suas concepções acerca dos fatos históricos e internalize de forma significativa.

Nesse aspecto, as bases curriculares que sustenta o ensino da História deve pautar-se, segundo Azevedo (2012) “na concepção geral da história que se deve ensinar, o lugar da interdisciplinaridade, as finalidades do ensino da disciplina, os conteúdos a serem ensinados, os métodos a serem usados, bem como a qualidade dos livros didáticos (p. 152-153). Diante do exposto, o currículo, deve responder às questões pertinentes a vivência sociocultural e , histórica do aluno.

Nos dias atuais, o Ensino da história busca suas bases no multiculturalismo, como resultado das lutas e movimentos negros e indigenistas, grupos formadores das bases étnicas brasileiras, que tiveram suas culturas abafadas durante séculos, pela hegemonia da cultura europeia, elevada ao nível de superior às demais.

A partir dos anos 70, lutas foram travadas pelos movimentos negros, com o intuito de inserir no ensino da história, a história e cultura Afro-brasileira e africana, buscando promover a igualdade de valores entre as relações étnicos – raciais, ao mesmo tempo em que buscava romper com as premissas do eurocentrismo educacional.

No ensino de História, é possível observar a exaltação da cultura europeia, a história dos heróis de cútiis claras, ao mesmo tempo em que africanos e indígenas são alocados na condição de



escravos, subservientes. Culturas a margem da sociedade, desprezadas e discriminadas durante séculos.

Tais concepções estão impregnadas no pensamento do cidadão brasileiro, promovendo atitudes de preconceitos, racismo e discriminações até os dias atuais, interferindo diretamente no desenvolvimento intelectual, educacional e econômico de alunos afrodescendentes.

Currículos e manuais didáticos silenciam e chegam até a omitir a condição de sujeitos históricos às populações negras e ameríndias contribuindo para elevar os índices de evasão e repetência de crianças provenientes dos estratos sociais mais pobres. A grande maioria adentra nos quadros escolares e sai precocemente sem concluir seus estudos no ensino fundamental por não se identificarem com uma escola moldada ainda nos padrões eurocêntricos, que não valoriza a diversidade étnico-cultural de nossa formação” (FERNANDES, 2005, p. 380)

Além do aspecto pautado na desvalorização racial, temos o preconceito e discriminação inseridos na formação humana, sociocultural do docente acerca dos pensamentos construídos sobre a cultura afro-brasileira e africana, que disponibiliza tratamentos diferenciados a crianças negras e brancas, as vezes de modo velado, as vezes explícitos, diante das situações, fica evidente a desigualdade de oportunidades e o nível alcançados de sucessos escolares de crianças negras e brancas.

IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL : BREVE HISTORICO EDUCACIONAL

A educação e cultura brasileira, trazem arraigados no seu âmago as premissas europeias, sendo largamente explicitada no modelo de ensino adotado pelas escolas. Apesar de constituirmos nossa sociedade em bases multiculturais, a escola ainda permanece nas bases monoculturais e eurocêntrica, excluindo a educação pela diversidade racial.

Nesse sentido, a busca pela igualdade étnico-racial é a marca das lutas e resistência do povo negro em manter suas tradições, diante de uma sociedade dominada pelos princípios eurocêntricos, baseados na exclusão do diferente, na inferiorização das minorias.

Na trajetória percorrida, os movimentos sociais, intensificados no período de 1970, foram determinantes para processo de conquistas políticas e sociais. “ Tais movimentos lutavam contra a discriminação racial, ou seja, o racismo difundido na sociedade civil. Além disso, buscava-se o



direito à diferença, reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e indígena.” (AZEVEDO, pag. 143)

Nesse contexto documentos oficiais foram elaborados e sancionados. Em 1988, a Constituição Brasileira iniciava um novo direcionamento para estudos das bases formativas étnico-culturais da sociedade brasileira. No artigo 242 é reafirmado que o Ensino da História deve ser pautado nas contribuições das diferentes culturas e etnias do povo brasileiro, configurando-se como marco inicial na erradicação do preconceito.

Em seguida, no ano de 1996, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). “A Lei 9394/96, consolidou diretrizes e bases pluriétnicas para a educação brasileira. Ela tornou imperativo que o ensino de História do Brasil levasse em consideração as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.” (FLORES, 2006, pag 74).

A constituição da LDB referenciou a elaboração dos Parâmetros Nacionais Curriculares no ano de 1997, elaborado com o propósito de apresentar-se como proposta curricular das diversas áreas do conhecimento. De acordo com Costa (2013)

No entanto, não contemplou as reivindicações educacionais do Movimento Negro, como a inclusão da obrigatoriedade, nos currículos escolares de todos os níveis, do ensino de História da África e da História do Negro no Brasil, demanda já presente no documento redigido na Convenção Nacional do Negro pela Constituinte. Por outro lado, trouxe a primeira abertura, na legislação educacional, para a diversidade étnica e cultural brasileira, ao prever que o ensino de História do Brasil deve primar por apresentar as diversas contribuições étnicas e culturais do país. (2013, p. 68)

Destaca-se o volume Pluralidade Cultural, entendida como conhecimento, respeito e valorização das diferentes bases étnicas - culturais que formam o povo brasileiro.

Em seguida foi sancionada a Lei 10.639/2003, que altera os artigos 26 A, 79 A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96, tornando obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Art.26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

§O calendário escolar deve incluir o dia 20 de novembro como o “Dia da consciência negra”(LDB, 2008, P.38-39; 57)

Com base na Lei 10.639/03, foram instituídos novos documentos, dentre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (2009); Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2010). Além da publicação da Lei 12.288 que institui cotas raciais e sociais para o ingresso nas Universidades Federais (2012).

Porém, vale salientar, que a legitimidade dos documentos supra citados, não assegura sua implantação no currículo escolar. Consequentemente, não garantindo a transformação social, conduzida pelo viés da educação institucional; a formação do sujeito, baseada nos princípios do conhecimento, respeito e valorização da diversidade étnico-racial.

A ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS : ESTRUTURA CURRICULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Diante de tantos conceitos e pensamentos depreciativos acerca da cultura afro-brasileira e africana, construídos historicamente, um dos pontos relevantes para que haja a efetivação dos pensamentos que embasam esse trabalho, circundam em torno da concepção de educação defendida pela escola e docentes baseadas nas relações étnico-raciais. Nesse aspecto podemos citar SILVA (2007)

Nós, brasileiros oriundos de diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos –, aprendemos a nos situar na sociedade, bem como o ensinamos a outros e outras menos experientes, por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal –, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos. (p. 491).

A educação, configura-se como atividade social que busca a formação do ser humano como sujeito ativo no processo formativo e de transformação da sociedade em que vive, respeitando as diversidades, e evitando sobrepor os interesses individuais aos sociais. Educar para a coletividade para vida em sociedade. De acordo com Paulo Freire (2001, p. 52) “Seres históricos, inseridos no



tempo e não imersos nele, seres humanos se movem no mundo, capazes de optar, de decidir, de valorar”.

Nesse contexto, é importante que haja a ruptura de estereótipos de cor, raça, sexo, religião, arraigados no íntimo desses profissionais, sendo estes, submetidos ao processo de (des) construção, transformação e (re) construção do pensamento pautado da diversidade étnico-racial.

Diante disso, fazem-se necessárias, a proposição de políticas públicas que promovam a igualdade, assegurando direitos iguais a todo cidadão, igualdade de valores diante da pluralidade cultural, além de combater o racismo e a discriminação.

Nesse contexto, busca-se uma reflexão no que concerne à função da educação escolar para a educação étnico – racial, tendo em vista que, o combate ao preconceito e a discriminação são produtos indiscutíveis da formação e, portanto, é inegável o papel preponderante da escola, que é um dos principais veículos formativos na sociedade brasileira.

Como citado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira,

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004 pag.7).

No entanto, estudos apontam o espaço escolar como ambiente promotor de ações discriminatórias e de inferiorização de alunos negros, sendo estas ocultas e/ou camufladas, de caráter mais explícito, ou mesmo incorporando um aspecto mais velado. Refletindo negativamente no desenvolvimento do indivíduo, ferindo sua autoestima, a segurança de ser quem ele realmente é, abstendo-se de sentir-se orgulhoso das suas raízes socioculturais.

Em decorrência desses fatos, pesquisas apontam altos índices de evasão escolar, repetência e permanência na escola por tempo mínimo. Nesse aspecto, podemos citar Fernandes (2005) apud Santos (2010), no momento em que discorrem sobre a omissão da posição de sujeito históricos as população negra e ameríndias, no processo educacional, contribuindo para a o alto índice da evasão escolar e repetência, por não se identificarem com o modelo de educação proposto pela escola, que caracteriza-se centrado na cultura européia.



Com base nisso, é visível a necessidade de ações que resultem em uma educação igualitária. A escola, nesse momento, deve ser vista como espaço transformador, voltado para interação, socialização, compartilhamento e respeito mútuo. Um espaço de construção do ser humano pleno nas suas diferenças e igualdade de valores.

A educação e a escola podem e devem ser utilizadas como instrumentos de luta pelos setores oprimidos, pois na medida em que reproduzem a dominação de classe, também, reproduzem suas contradições, permitindo dessa forma que as classes subalternizadas vislumbrem a superação do domínio por meio das práticas dos que trabalham na escola e da aquisição de conhecimentos universais necessários à intervenção consciente no mundo.(SANTOS,2008, p2)

Além de revelar atitudes que conduzam às suas responsabilidades sociais, no que concerne ao combate ao preconceito e discriminação, configurando-se como ambiente precursor na prática voltada para a diversidade étnico-racial, desligando-se das amarras da cultura monolateral, pautada no “eurocentrismo”. Seguindo a afirmação postulada por Lima (2012),

A escola é um dos espaços de socialização dos indivíduos. É através dela que os alunos desenvolvem o senso crítico e aprendem valores éticos e morais que regem a sociedade. A escola tem como responsabilidade ampliar os horizontes culturais e expectativas dos alunos numa perspectiva multicultural. É na escola que aprendemos a conviver com as diferentes formas de agir, pensar e se relacionar; portanto ele deve refletir essa diversidade (LIMA,2012,p.40).

Nesse sentido, pode-se tomar como base a reestruturação curricular, atrelada a função social da escola e a prática docente, como marcos decisivos nessa constituição.

De acordo com Freire (2001) “toda prática educativa envolve uma postura teórica por parte do educador. Essa postura, em si mesma, implica uma concepção dos seres humanos e do mundo”(FREIRE, 2001, p. 51), subsidiado pelo currículo escolar, em que discute concepção de educação e que sujeito, a escola pretende formar.

O principal ator desse processo no âmbito escolar é o professor, sendo imprescindível a sua ressignificação pedagógica, permitindo-lhe desconstruir e (re)construir seus conceitos acerca da história e cultura afro brasileira, para que seja possível o desenvolvimento das suas práticas pedagógicas de forma democrática e construtiva, voltadas para a importância da cultura afro na formação histórica e sociocultural do indivíduo, despida de qualquer conceito ou preconceito que venha a deturpar os reais objetivos. “ A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é,



pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política” (BRASIL, 2004, pag. 16).

As bases curriculares desempenham um papel fundamental nesse processo de reestruturação educacional. O currículo, nesse contexto, assume um papel orientador dos conhecimentos que devem ser abordados em consonância com a prática pedagógica, tendo em vista, as referências de formação do sujeito multicultural.

Nesse processo, o currículo deixa de representar uma lista de conteúdos descontextualizados e passa a atuar como “seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. “Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico.” (GOMES, 2007, p.9)

O currículo passa a ser orientado pelo prisma da diversidade, permitindo a construção identitária no processo de interação com o outro.

Para tanto, deve ser estruturada uma cadeia de comprometimentos. Iniciando com a mudança de pensamentos que permeiam a prática docente, pois além do comprometimento da escola, é necessário a construção de um novo olhar para no desenvolvimento das ações pedagógicas.

É imprescindível que o professor busque uma ressignificação e reestruturação do pensamento e conceitos, para que seja compatível com o modelo de educação que está “gritando” para acontecer atualmente, a educação para formação de um sujeito multicultural, um sujeito formado e atuante na diversidade, livre de preconceitos e discriminações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar uma reflexão acerca da importância em estabelecer uma relação dialética entre currículo e prática pedagógica, para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a luz das premissas da Lei 10.639/2003, apontando o papel da escola para a educação das relações étnico-raciais.

A ausência do currículo escolar norteador de ações que permitam refletir e orientar para a educação na diversidade étnico-racial configura-se como um dos obstáculos da escola na elaboração das ações pedagógicas, pois estas estão vinculadas a um currículo, que na sua grande maioria, são listagens de conteúdos conceituais, não trazendo no seu corpo orientações procedimentais e



atitudinais, além de apresentarem-se ‘eurocêtricos’, promovendo a desigualdade, preconceito e discriminação.

Acredita-se que para que haja sucesso na aplicabilidade do Ensino da História e cultura afro-brasileira na sala de aula, faz-se necessário o conhecimento e formação curriculares que promovam princípios norteados pela diversidade cultural, que orientarão as práticas docentes na formação do sujeito multicultural, para a sociedade, livres dos (pre) conceitos imbricados no seu ser individual histórico.

Em consequência, tem-se ações pedagógicas significativas e voltadas para a formação de conceitos, atitudes e procedimentos pautados na diversidade cultural, obtendo como resultados cidadãos conscientes da sua condição de ser individual pertencente a uma sociedade multicultural, com bases solidas na diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Desafio e perspectivas de um currículo de história promotor das relações étnico-raciais no Brasil. Caderno do CEOM, Ano 23, n.32, p. 141-162, jun, 2012.

_____, Interface entre Educação e Relações Étnico-Raciais e Ensino de História nos diferentes níveis da educação básica. Revista Fórum Identidade, Itabaiana, ano. 4, vol. 7, p. 3-21, jan/jun, 2010.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

_____. Parâmetros curriculares Nacionais: História e Geografia. 3 ed. Brasília: A Secretaria. 2001.

_____. Orientações, e ações para a Educação das Relações Étnico- Raciais. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004

COSTA, Elenice Rosa. As questões étnico-raciais e o ensino da cultura e história afro -brasileira e africana no contexto de escolas municipais da cidade de Viçosa/MG. 2013, 146, Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais, 2013



FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades. Caderno Cedes, n. 65, v. 5, p. 378-388, set/dez, 2005

FLORES, Elio Chaves. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. Revista Tempo. n. 21, v. 1, p. 65-81, 2007

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo* – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LIMA, Maria Nazaré de. (org). A escola Plural: Formação de professores/as em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Tatiana Polliana Pinto de. Aproximações com a pesquisa: As práticas de ensino de História nos anos iniciais na cidade de Salvador/Bahia. In: Simpósio Nacional de História. 26, Natal, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação. Porto Alegre. Ano 20, n. 3, p. 489-506, set/dez, 2007.

SILVA, Giovani José da; Souza, José Luiz de. Educar para a diversidade étnico-racial e cultural: desafios da educação inclusiva no Brasil. Inter-Ação. Revista Faculdade Educação. UFG, n. 33, p. 169-192, jan/jun. 2008

Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/interacao/article/download/4256/4180>

SIQUEIRA, Araújo Roque; QUIRINO, Ana Cristina da Silva. O ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental: metodologias e práticas pedagógicas. In: Fórum Internacional de Pedagogia. Paraíba: Realize, p. 1-12, 2012.

TEIXEIRA, Michele. Currículo de História nos anos iniciais: da diversidade à diferença. 50f. monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011